

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DAS RESPOSTAS PROFISSIONAIS NA ESFERA DA SEGURIDADE SOCIAL EXPOSTAS NOS TRABALHOS APRESENTADOS NO XIII CBAS 2010

*Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras**

*Carina Berta Moljo***

*Fernanda Rodrigues****

*Jaqueline Aparecida Machado Correa*****

RESUMO

Esse artigo discorre sobre as transformações societárias em curso e suas implicações para a intervenção do assistente social, no que se refere às respostas profissionais efetivadas nesse contexto. Adotamos o procedimento de análise dos trabalhos apresentados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (São Luís, 2010), no eixo “Seguridade Social” como meio de compreensão das demandas e respostas profissionais na atualidade.

Palavras-chave: Serviço Social. Transformações Societárias. Respostas Profissionais. Intervenção Profissional.

INTRODUÇÃO

As transformações societárias, vivenciadas no Brasil a partir da segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1990, modificaram as condições do exercício profissional do assistente social. Foram várias as alterações nos processos de trabalho de um modo geral, tais como: a incorporação de novas tecnologias, mudanças organizacionais e a aceleração nos ritmos de trabalho, ocasionando o aumento do índice de desemprego, subemprego, terceirizações, contratos precários de trabalho, entre outros (ANTUNES, 2000).

Dessa forma, os impactos provenientes destas transformações trouxeram rebatimentos para o “mundo do trabalho” e, conseqüentemente, alterações sobre as condições objetivas e subjetivas sobre as quais a intervenção do assistente social se realiza, incidindo sobre as demandas e respostas profissionais.

* Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social/ UFJE.

** Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social/ UFJE.

*** Assistente Social.

**** Assistente Social no CRAS/Prefeitura de Lima Duarte.

É importante ressaltar que essas transformações continuam repercutindo diretamente sobre o exercício profissional do assistente social. Netto (1996) indicou, nos anos 1990, que as transformações naquele contexto implicariam em mudanças no mercado de trabalho dos assistentes sociais, trazendo novas configurações para o exercício profissional devido a crescente segmentação deste mercado, incidindo sobre as atividades profissionais, ocorrendo uma diferenciação das condições de trabalho nas instituições estatais e nas de “iniciativa privada”. De fato, estas questões se materializaram na década seguinte, aprofundando-se nessa segunda década do século XXI.

O tema central desse artigo é a relação entre as transformações societárias e as demandas/requisições sociais feitas ao Serviço Social, e como os assistentes sociais estão compreendendo tais demandas e respondendo a elas. Para realizar essa análise, organizamos os trabalhos publicados no último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 2010, em São Luís (MA), identificando aqueles, que, na área da Seguridade Social abordam o Serviço Social considerando as questões que desafiam a intervenção profissional nessa área. Elegemos assim, a área da Seguridade Social como campo de análise, identificando nela, os trabalhos que problematizam a inserção do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais concretos (que materializam o acesso aos serviços vinculados à Seguridade Social) e as possibilidades de intervenção profissional (ou construção de respostas profissionais).

Esse procedimento foi escolhido por entendermos que o CBAS concentra grande parte da produção do Serviço Social, sendo o evento mais representativo da categoria profissional. Observamos que os trabalhos apresentados no CBAS expressam a reflexão dos profissionais acerca das demandas que são postas ao Serviço Social e problematizam a construção de respostas profissionais, principalmente de respostas orientadas criticamente. Sabemos ainda que este procedimento não esgota a complexidade desse tema, sendo somente, uma primeira (mas fértil) aproximação à questão.

Organizamos este artigo em três itens. No primeiro, apresentamos – ancoradas na bibliografia sobre o tema – o “conjunto das transformações societárias” processadas no capitalismo a partir da segunda metade do século XX. Em seguida, apresentamos os impactos dessas transformações para a sociedade brasileira, levando em consideração, entre outros fatores, a política neoliberal adotada pelo país e a “Contrarreforma do Estado” (BEHRING, 2003), compreendendo que as políticas sociais estão condicionadas pela direção hegemônica do desenvolvimento econômico e político adotado pelo país.

No segundo item indicamos como estas transformações repercutiram e continuam incidindo sobre o Serviço Social e sobre o exercício profissional na contemporaneidade.

Por fim, no terceiro item, apresentamos a análise dos trabalhos apresentados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2010, nomeado “Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: mediações e a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional”. Para a construção desta análise, foi realizada uma seleção dos temas apresentados nesse congresso, focando nosso estudo para a área da Seguridade Social, uma vez que as políticas que compõem a proteção social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social) constituem o maior espaço de inserção sócio-ocupacional dos Assistentes Sociais. Sistematizamos e analisamos todos os artigos relacionados à atuação/exercício/prática/intervenção profissional dos Assistentes Sociais, procurando identificar, nestes trabalhos, o rebatimento deste contexto adverso para a profissão, bem como as respostas profissionais efetivadas.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS REBATIMENTOS PARA O “MUNDO DO TRABALHO”

Para compreender as transformações em curso, torna-se necessário apresentar, sucintamente, as mudanças produzidas no capitalismo (países centrais: parte da Europa e EUA), no pós-guerra, período conhecido como os “anos gloriosos” (1945-70, cf. HOBBSBAWM, 1995) configurando-se em uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial, apoiada na organização da produção e nas estratégias de trabalho de bases taylorista¹ e fordista² (IAMAMOTO, 1998). Nesse período de intensa expansão do capitalismo monopolista, efetiva-se também a expansão do Serviço Social em nível mundial, inclusive no Brasil. Nos países centrais, com intenso desenvolvimento industrial, conjuga-se a possibilidade de pleno emprego e acesso aos direitos sociais, como saúde, educação, previdência social. A estruturação dessa política de “Bem-Estar” ficou conhecida como “Welfare State” (Estado de Bem-Estar Social), vigente nos países centrais europeus.

Entretanto, na década de 1960, a dinâmica fordista já começava a apresentar os primeiros sinais de crise, visto que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucro, obtidos até então pelo capital monopolista (MOTA E AMARAL, 1998).

A crise³ dos anos 1960/1970 no modo de produção capitalista coloca em questão a organização da produção baseada nos modelos taylorista e fordista, engendrando novas formas de organização da produção e fundando as alterações no padrão de acumulação. Neste período, surgiram abordagens que estabeleciam a substituição do trabalho parcelado e da linha de montagem pelas ilhas de produção, grupos semiautônomos e malhas de produção, nas quais os mecanismos automáticos passaram a reduzir a intervenção do trabalho vivo ao mínimo possível.

Estas mudanças sejam em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital (MOTA; AMARAL, 1998, p. 29).

A reestruturação da produção e a reorganização dos mercados foram estratégias adotadas pelo capital visando o estabelecimento de “um novo equilíbrio, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo do capital” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 24). “Este reordenamento expressa estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento de sua crise e [ocorre] através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro.”

O novo modelo de produção, denominado como modelo japonês ou “toyotismo”, enfatiza a “flexibilização” da produção e dos processos de trabalho, impulsionado por novas tecnologias. Segundo Netto (1996, p. 91), esta flexibilização vem sendo favorecida por uma verdadeira “revolução tecnológica”, expressa na automação, na robótica e na microeletrônica, afetando as forças produtivas. A “revolução tecnológica” tem implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando “a composição orgânica do capital”. Com isso, “cresce exponencialmente a força de trabalho excedente em face dos interesses do capital” (NETTO, 1996, p. 92).

Desse modo, podemos afirmar que a crise estrutural do capital favoreceu a implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo, o que afetou diretamente o mundo do trabalho.

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de

trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precários”), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia) (NETTO, 1996, p. 92).

No que diz respeito aos impactos para a configuração da classe trabalhadora, a reestruturação produtiva gerou um processo destrutivo, que eliminou postos de trabalho, causando desemprego, precarização do trabalho e exclusão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho.

Observa-se no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial fabril, nos países de capitalismo avançado com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário [...] (ANTUNES, 1999, p. 41).

Segundo Antunes (1999, p. 41), juntamente com a tendência de “desproletarização do trabalho industrial fabril”, há a “subproletarização do trabalho”, ambos “presentes nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizados’, vinculadas à economia informal”, entre outras modalidades existentes. Assim, temos um processo de organização do trabalho cuja finalidade é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo ou eliminando o trabalhador improdutivo, sendo que suas funções (tais como: atividades de manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidade) passam a ser incorporadas ao trabalhador produtivo. Neste contexto, ocorreu a eliminação de postos de trabalho, o aumento da produtividade e a implementação da “qualidade total”, que também fazem parte deste novo ideário. Na era da acumulação flexível, merece destaque aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho, porém conseguem obter os maiores índices de produtividade. O capital, neste processo, passa a exigir um trabalhador superqualificado e/ou polivalente, que tenha capacidade de decisão requerida pelas novas tecnologias emergentes (ANTUNES, 2000).

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise (desemprego, sub-emprego, precarização do trabalho, baixos salários, etc.) observa-se a construção de novas formas de sociabilidade, afastando-os de suas formas históricas de organização. (MOTA; AMARAL, 1998).

Dessa forma, as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais “heterogênea, fragmentada e complexificada” (ANTUNES, 1999).

Esses processos de reestruturação produtiva, conforme mencionado, iniciam-se nos países de capitalismo avançado em meados da década de 1970. No Brasil ocorrem os primeiros impulsos deste processo na década de 1980, levando as empresas, devido à exigência dos seus clientes internacionais, a adotarem programas de qualidade, introduzir padrões organizacionais e tecnológicos, e novas formas de organização social do trabalho. Este processo iniciou-se com a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*; desenvolveu-se a produção baseada em *team work*, com base nos programas de qualidade total; e ampliou-se o processo de difusão da microeletrônica (ANTUNES, 2006).

Nos primeiros anos da década de 1980, a reestruturação produtiva caracterizou-se pela retração de custos, utilizando da redução da força de trabalho. A necessidade de elevação da produtividade acontece por meio da reorganização da produção, redução do número de trabalhadores e intensificação da jornada de trabalho dos empregados (ANTUNES, 2006). A partir da década de 1990, de acordo com Antunes (2006), foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo brasileiro. E ainda, observa-se uma “desterritorialização” da produção, em consequência da reestruturação produtiva e do novo desenho da divisão internacional do trabalho e do capital.

Nesse contexto, o parque produtivo industrial e de serviços adquire um novo impulso no país, seguindo a tendência mundial de transformações no processo de organização do trabalho.

As transformações em curso também implicaram mudanças na configuração do Estado:

O conjunto destas mudanças na esfera da produção e da organização social implicou no redimensionamento da intervenção do Estado, em especial, nos mecanismos de regulação da produção material e da gestão estatal e privada da força de trabalho. Nesta conjuntura, as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado materializam-se em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são os mecanismos

de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a “naturalização” da superexploração do trabalho. Todos eles revestidos pela cultura do anti-radicalismo e das soluções negociadas. O objetivo é reduzir o papel do Estado na área das políticas de proteção social e na regulação das condições de produção material [...] (MOTA; AMARAL, 1998, p. 37).

Desta forma, a sociedade brasileira nas últimas décadas tem vivido fortes transformações no que tange ao mundo do trabalho. A nova forma de organização da produção através da reestruturação produtiva baseada na acumulação flexível e a adoção do neoliberalismo no governo brasileiro, nos anos 1990, têm provocado efeitos drásticos para a classe trabalhadora, apresentando como consequência o desemprego estrutural baseado no enxugamento da força de trabalho e sua forte precarização, flexibilização, e desregulamentação⁴ dos contratos de trabalhos e a polivalência⁵ (ANTUNES, 2006).

A reestruturação produtiva redefine socialmente o processo de produção de mercadorias. Ela não se caracteriza apenas pelas mudanças nos processos técnicos de trabalho nas empresas. “No Brasil a reestruturação significa abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em até 100%” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 34).

Ao remeter os direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado, pretendem implementar uma estratégia de desvalorização e “remercantilização” da força de trabalho. Assim, a questão central posta pela reestruturação do processo de produção são as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho.

Enquanto a grande indústria fordista necessitava do Keynesianismo, a indústria de produção flexível necessita de liberdade do mercado e da abolição de parte dos controles do Estado sobre as condições de uso da força de trabalho. Esta nova concepção, que já se materializa pela supressão de alguns mecanismos de proteção social, é corroborada pela ofensiva de mudança na legislação do trabalho (MOTA; AMARAL, 1998, p. 38).

Podemos concluir que as exigências do processo de reestruturação produtiva para o mundo do trabalho afetaram imediatamente o processo de trabalho e o controle da força de trabalho, operando mudanças de ordem técnica, amparadas em práticas essencialmente políticas.

Diante do exposto, essas transformações também impulsionaram a reforma do Estado brasileiro, processo denominado por Behring (2003) de “contrarreforma”.

Essas “transformações” perpassaram o governo do presidente Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1989-1993) e consolidaram-se no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Tais “transformações” consistiam em “reformas” orientadas para o mercado, as quais tencionavam encontrar “saídas” para a crise econômica e social, indicando problemas no âmbito do Estado brasileiro (BEHRING, 2003). Acreditava-se que reformando o Estado, com ênfase nas privatizações e na previdência social, e desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O principal documento orientador do processo de “reformas” vivenciado pelo Brasil, a partir dos anos 1990, foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PBRE/MARE, 1995) e Bresser Pereira, social-liberal, foi quem dirigiu a equipe que formulou o mesmo (BEHRING, 2003).

Os dirigentes do país procuravam justificar a “reforma” do Estado como necessária e irreversível, sendo que o centro da mesma era o ajuste fiscal. (BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Outro elemento que merece destaque nesse contexto, refere-se às privatizações,

[...] houve a entrega significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial, entre outros. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 153).

Empreendeu-se o “Programa de Publicização” do Estado, que motivou a criação de agências executivas, organizações sociais, regulamentando o “terceiro setor”, no intuito de efetivar parcerias “público-privadas” e a própria iniciativa privada, envolvendo a sociedade civil na execução das políticas públicas. O voluntarismo e a solidariedade foram também elementos de peso nesse processo. Em se tratando de políticas públicas, houve a separação entre a formulação e a execução das mesmas, sendo que o Estado as formularia e as agências autônomas as implementariam (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Nesse contexto, o conceito de seguridade social inscrito na constituição foi “varrido”, já que funções sociais do Estado deveriam ser “competitivas” como no setor privado (BEHRING, 2003).

Assim, a contrarreforma do Estado brasileiro resultou, para o social, numa tendência de desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais e no trinômio do neoliberalismo para com as mesmas: privatização, focalização/seletividade e descentralização, incidindo diretamente sobre o Serviço Social, como veremos a seguir.

OS REBATIMENTOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS PARA O “MUNDO DO TRABALHO” E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

As transformações societárias, conforme apresentamos no item anterior, vão ocasionar rebatimentos: para a sociedade, para as políticas sociais, para as profissões, dentre estas, para o Serviço Social.

Segundo Netto, é necessário compreender este contexto de mudanças⁶, para fazermos uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, pois este período de transformações “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.” (NETTO, 1996, p. 87). Dessa forma, o autor explica que esta reflexão “é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias sócio-profissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes” (p. 87-88).

Netto explica que:

As alterações profissionais, assim, derivam da intrincada integração que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político, e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. Complexo que, circunscrevendo um campo profissional particular, envolve – e isso deve ser afirmado enfaticamente, à base de verificação factual – tendências e orientações profissionais diferenciadas: no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários – praticamente todas estão vincadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos (NETTO, 1996, p. 89).

Diante deste contexto, Netto (1996) ressalta que há uma demanda objetiva para Serviço Social e as respostas a estas demandas dependerão da capacidade de

resposta do profissional, de seu maior ou menor entrosamento com a hegemonia política que se afirma e, ainda, dependerá de sua posição em relação às “contra-hegemonia” que vier a se formar. O autor afirma que “se não for capaz de elaborar respostas qualificadas para as demandas – e essa qualificação, em grande medida, será aferida em função da racionalidade sociopolítica da hegemonia que se afirmar –, o Serviço Social pode muito bem definir e tornar-se um exercício profissional residual. (NETTO, 1996, p. 115).

A democratização da sociedade, a partir da consagração dos direitos sociais ampliou os espaços para a atuação profissional. Porém, a forma como estas transformações societárias se instauram no Brasil, tende a imbricar, no campo das atividades profissionais, “as demandas ‘tradicionais’ e as ‘novas’, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa” (NETTO, 1996, p. 120).

O autor observa (na conjuntura dos anos 1990) que tais transformações implicarão mudanças no mercado de trabalho do assistente social, tais como:

- 1) a crescente segmentação do mercado de trabalho das atividades profissionais, requerendo uma definida especialização dos profissionais;
- 2) a diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais e nas da “iniciativa privada”, estas com esquemas de controle e aferição mais estritos de desempenho profissional. (NETTO, 1996, p. 120-121).

Neste sentido, as transformações societárias indicam que o Estado vai reduzir o espaço de inserção profissional de assistente social, “seja cortando coberturas públicas, seja sucateando os aparelhos para executar as que se mantêm” (p. 122). Dessa forma, o autor observa que as restrições aos direitos sociais, devido aos ajustes neoliberais, implicarão em consequências negativas para o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Essas transformações implicarão, também, em novas configurações para o exercício profissional, visto que a segmentação no mercado de trabalho põe a diferenciação nas condições de trabalho nas instituições estatais e nas empresas privadas. Assim, nas instituições Estatais, estes rebatimentos vão ocorrer devido à “restrição de cobertura”, já nas empresas privadas, teremos alterações nas próprias atribuições profissionais.

O autor explica que “o verdadeiro problema que as alterações emergentes no mercado de trabalho colocam, não é o da ‘preservação de espaços profissionais’,

nem muito menos o do atendimento ou não das suas demandas” (NETTO, 1996, p.123). O verdadeiro problema está relacionado à discussão do espaço profissional, mas este deve ser compreendido a partir de novas competências. Em relação à resposta às demandas de mercado, a questão está em como respondê-las, visto que “a própria determinação das demandas de mercado é problemática” (NETTO, 1996, p.123).

Diante desta conjuntura, de hegemonia do capitalismo monopolista, de “flexibilização”, neoliberalismo, Netto (1996) faz uma projeção, em médio prazo, para o Serviço Social: no que se refere às concepções profissionais, vai ocorrer de forma ampliada e mais nítida, diferenciações no interior da cultura profissional;

imediatamente as possibilidades objetivas de manutenção da *demanda social da profissão* não se mostram ameaçadas, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de *elaborar respostas mais qualificadas* (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional; *as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional*, com a incorporação de novas questões ao seu âmbito de intervenção institucional, só serão convertidas em ganhos profissionais (ou seja: convertidas em realidade) *se o Serviço Social puder antecipá-las, com a análise teórica de tendências sociais que extrapolam as requisições imediatamente dadas no mercado de trabalho*; as possibilidades mencionadas no item anterior configurarão tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias sócio-profissionais (NETTO, 1996, p. 124, grifo nosso).

Netto ressalta, de acordo com a projeção realizada, que as exigências do mercado de trabalho delimitarão o debate do Serviço Social; “então o que se pode afirmar é que os segmentos da categoria profissional que melhor responderem a elas tenderão a polarizar a cultura profissional e a aprofundar ou reverter à direção social estratégica já formulada” (NETTO, 1996, p. 124).

Para Netto, em curto prazo, o problema da formação profissional não pode mais ser restrito à preparação das novas gerações de profissionais: tem que incluir vários assistentes sociais já formados, e que se sentem pressionados pelas restrições do mercado de trabalho. Assim,

Cursos de especialização, de reciclagem, de atualização profissional etc., que atendam às exigências de intervenção localizada (ação focal), terão que ser implementados rapidamente. E a questão central, na implementação destes cursos, é óbvia: *reside no modo como se tomará a*

intervenção localizada de que se trate – toma-la como tal, na sua imediatividade de demanda operativo-instrumental, pode ser o enquadramento oferecido pelas vertentes profissionais que contestam a direção social estratégica; para as vertentes comprometidas com esta, o trato operativo-instrumental deve ser, necessariamente, conectado à compreensão da problemática em tela e da ação focal no sistema de relações da sociedade brasileira. (NETTO, 1996, p. 125, grifo nosso).

Neste sentido deve-se pensar o perfil do assistente social que se quer afirmar. *Um perfil técnico, bem adestrado*, que “vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam” ou um perfil de profissional “intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada” (NETTO, 1996, p. 125).

Netto aponta que

[...] Somente uma perspectiva teórico – crítica que permita apreender o movimento histórico que contem nas transformações societárias em curso e a negatividade que ele comporta, perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista sem vínculos utópicos – românticos, pode assegurar que componentes sociocêntricos e emancipadores que a cultura profissional recentemente abrigou sejam potenciados e atualizados. (NETTO, 1996, p. 127).

No próximo item deste artigo analisaremos quais as principais demandas colocadas aos Assistentes Sociais e como eles têm respondido a elas.

ESTUDO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA, APRESENTADA NO XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS/2010, NO ÂMBITO DA SEGURIDADE SOCIAL, COMO PARÂMETRO PARA ANALISAR AS DEMANDAS E RESPOSTAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ATUALIDADE

Com a finalidade de compreender as repercussões das transformações societárias sobre o exercício profissional dos Assistentes Sociais no Brasil, e como os profissionais vêm respondendo às demandas/requisições sócio-institucionais que lhes são postas, na atualidade, realizamos um estudo cuidadoso sobre os trabalhos apresentados no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no ano

de 2010. Desta forma, a elaboração da análise⁷ a seguir teve como base a leitura e os dados identificados nos textos deste congresso.

A escolha pelo referido Congresso – cujo tema central foi “Lutas Sociais e o exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social” (reunindo em torno de 2700 participantes) – foi relevante porque este Congresso abrange Professores, Assistentes Sociais e estudantes de todo o Brasil. Além disso, é considerado o maior evento do Serviço Social brasileiro, por se tratar de um espaço onde são apresentados trabalhos, palestras e debates. Ou seja, constitui um evento de caráter político – científico, onde são divulgadas as produções científicas e técnicas da área de Serviço Social.

A escolha por este CBAS ocorreu também por se tratar do mais recente Congresso e, ainda, por percebermos que a temática do mesmo está intimamente relacionada com o nosso objeto de estudo. A temática central deste Congresso⁸ abrange o contexto de crise do capital instituída a partir dos anos 1970, o que ocasionou impactos em todas as esferas da sociedade (política, econômica, social, cultural, entre outros). Presenciamos várias mudanças para os trabalhadores e dentre eles para os Assistentes Sociais. Assim, percebemos que os temas das discussões deste Congresso estão diretamente relacionados ao processo de transformações que atingem o exercício profissional sobre vários ângulos, tais como: condições de trabalho (contratos precários; espaços físicos inadequados e insuficientes; poucos recursos destinados para os equipamentos básicos de trabalho; poucos investimentos em recursos humanos; entre outros) e no âmbito da formação dos Assistentes Sociais, na graduação e pós-graduação (poucos investimentos para ensino, pesquisa e extensão, resultando em um quadro de precarização da formação).

Quanto aos trabalhos, este Congresso contou 1351 trabalhos enviados (1085 comunicações orais e 266 pôsteres), com a aprovação de 914 trabalhos englobados na categoria de apresentação oral e 218 inseridos na categoria de pôster. Esses trabalhos encontram-se divididos em 12 eixos temáticos, são eles: “Seguridade Social, Crise do capital, Estado e Democracia; Direitos da infância, adolescência, juventude e velhice; Educação, comunicação e cultura; Espaços sócio-ocupacionais, relações e condições de trabalho do assistente social; Ética e direitos humanos; Família e relações sociais; Justiça, violência e segurança pública; Movimentos e lutas sociais e a organização política da classe trabalhadora; O projeto ético político profissional, trabalho e formação; Questão urbana, agrária e

meio ambiente: lutas sociais e condições de vida e Raça, etnia, gênero e orientação sexual”. Escolhemos como campo de análise o eixo de Seguridade Social. A opção por este tema ocorreu devido às políticas que compõem a Seguridade Social: a Previdência Social, a Saúde, e a Assistência Social serem, efetivamente, o maior espaço de inserção sócio-ocupacional dos Assistentes Sociais.

No eixo da Seguridade Social, encontramos um total de 186 trabalhos (20,35% do total de trabalhos aprovados), sendo que estes foram divididos em quatro sub-eixos: Concepção; Financiamento; Controle Social e Sujeitos Políticos; e Formulação e Implementação. Posteriormente, procedemos à leitura dos artigos e selecionamos aqueles que discutiam a “atuação profissional, intervenção profissional, demandas e respostas profissionais”, palavras-chave definidas por nossa equipe.

Observamos que do total de 186 trabalhos, a grande maioria, ou seja, 154 (82,8%) abordavam questões relacionadas à trajetória das Políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, sendo que, dentro deste número, alguns enfatizavam a análise desta trajetória frente à conjuntura atual. Ou seja, poucos textos relacionavam a análise da política diretamente com o Serviço Social. Dos 186 trabalhos mencionados, *apenas 32 (17,2%)* discutem as políticas de Seguridade Social e relacionam as mesmas com a profissão e/ou com o exercício profissional inserido nessas políticas. É claro que o estudo da realidade mais ampla onde se insere o Serviço Social é fundamental para garantir um exercício crítico e reflexivo, superando as visões endógenas, próprias do conservadorismo profissional, mesmo assim, entendemos que seja fundamental refletir sobre o exercício profissional (e sobre as respostas profissionais) dentro de uma visão de totalidade.

Realizamos uma nova leitura e um fichamento individual desses 32 trabalhos. Nesses fichamentos foram contemplados os dados bibliográficos (título, autor, instituição), as principais categorias trabalhadas no artigo, a concepção de profissão presente neste, as demandas/respostas profissionais, a relação entre a concepção de profissão e respostas profissionais, e por fim, a bibliografia base que os autores utilizaram para redigirem seus respectivos trabalhos⁹.

Observamos, ainda, que dos 32 trabalhos analisados, 21 foram escritos por assistentes sociais com vinculação acadêmica, inseridos em programas de pós-graduação oferecidos pelas Unidades de Formação Acadêmica. E 11 trabalhos foram escritos por Assistentes Sociais inseridos nas políticas sociais, sem vinculação acadêmica.

Áreas de atuação e demandas apresentadas nos trabalhos

Dentre as *principais categorias abordadas pelos autores nos trabalhos analisados*, podemos citar: Serviço Social, Seguridade Social; a atuação profissional (exercício profissional, intervenção profissional, prática profissional, trabalho profissional); o controle social; acesso aos direitos sociais, principalmente acesso à saúde, no que se refere aos serviços e recursos (medicação, realização de consultas com médicos especialistas, exames etc.); acesso a informação; entre outros.

Quanto às *demandas que requerem uma resposta profissional*, identificamos que a maioria delas está relacionada à Política de Saúde; isto ficou comprovado em 15 trabalhos, ou seja, 46,87%. Estas demandas, apontadas nos textos pelos autores, encontram-se, em sua maioria, no âmbito Hospitalar, de uma forma geral, e nos setores de Oncologia, Cardiologia, demandas na Saúde Mental e na Atenção Primária à Saúde. Estas são procedentes tanto dos usuários, quanto das instituições. No que se refere às demandas oriundas dos usuários, foi possível constatar através dos trabalhos as seguintes solicitações que requerem a intervenção do assistente social: a viabilização de exames; transporte (para realização dos exames, consultas, etc.); o acesso a medicamentos de alto custo; a confecção de documentos (como identidade, certidão de nascimento); a viabilização de consultas com médicos especialistas; orientação e encaminhamentos, entre outras. Já as demandas institucionais (ou requisições institucionais), observadas nos artigos foram: atuação do profissional junto de auditorias de serviços de saúde; atuação junto aos mecanismos de controle social, através dos Conselhos de Direitos, em assessoria, acompanhamento e capacitação de conselheiros, e ainda como conselheiros e gestores de conselhos; encaminhamentos e orientações sobre a rotina e programas institucionais; realização de acolhimento e entrevista social; demandas por ações de caráter socioeducativo visando a educação em Saúde; trabalho multidisciplinar e abordagens grupais.

Na sequência, observamos que 7 trabalhos, 21,87%, apresentaram demandas para o Assistente Social na Política de Previdência Social, a maioria delas relacionadas ao processo de avaliação para concessão do Benefício de Prestação Continuada/BPC e orientações a respeito dos direitos previdenciários.

Com relação à demanda no campo da Política de Assistência Social, identificamos 4 trabalhos, ou seja, 12,5%. Tais demandas estão relacionadas a orientações e inclusões no Programa Bolsa Família; auxílio alimentação e vale transporte. Por último, constatamos que apenas 04 textos, faziam uma relação

com as demandas no âmbito da Seguridade Social, ou seja, abrangendo as três políticas, correspondendo a 12,5% dos textos.

No que se refere à *concepção de profissão* apresentada pelos autores, constatamos que os trabalhos analisados confirmam a hegemonia do pensamento crítico-dialético na profissão, esta pode ser constatada em 20 (vinte) deles onde lemos “[...] tendo como perspectiva de análise a teoria social marxista” e em 12 (doze) trabalhos identificamos que essa referência aparece de forma implícita, principalmente pela relação estabelecida com o Projeto ético-político e com o Código de Ética Profissional.

Nesse sentido observamos a hegemonia da referência ao Projeto Ético-Político: 10 (dez) trabalhos ressaltaram a importância de o exercício profissional estar norteado por este projeto. Outros 11 (onze) trabalhos remetem ao Código de Ética profissional e aos seus princípios como elementos fundamentais para assegurar a qualidade dos atendimentos prestados aos usuários. Em 06 (seis) trabalhos foi apontada a importância e necessidade de uma clareza maior, por parte dos assistentes sociais, das dimensões que permeiam a prática profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visto que a fragilidade destas frente às demandas institucionais e as demandas dos usuários podem contribuir para dificultar a atuação profissional, o que reitera a importância de os Assistentes Sociais compreenderem estas dimensões em sua unidade, fornecendo elementos para o conhecimento dos limites e possibilidades do “fazer” profissional. Em consonância a isso, observamos que 20 (vinte) trabalhos assinalam ser primordial para atuação a perspectiva de garantia de defesa de direitos dos usuários.

Indicação dos rebatimentos dos processos societários para as áreas de atuação e a problematização das respostas profissionais

Outro item importante analisado foi “a relação entre a concepção de profissão e as respostas profissionais”. Neste item, ficou explícito que os Assistentes Sociais, na atual conjuntura, têm encontrado muitos obstáculos para efetivação das respostas profissionais, o que pode ser exemplificado, nesta citação¹⁰: “O trabalho profissional depara-se com empecilhos da estrutura da sociedade e poder público, envolvendo desde a falta de recursos, como também a defesa de interesses político – partidários que nem sempre priorizam as necessidades da população”. Muitos assistentes sociais possuem uma concepção de profissão, conforme exposto acima, que está em consonância com os valores presentes no Código de Ética e na

direção do projeto ético-político. No entanto, na atual conjuntura, os assistentes sociais encontram várias dificuldades, no cotidiano do exercício profissional para garantir e efetivar respostas profissionais de qualidade. Estas dificuldades estão relacionadas à direção política, econômica, social, etc., adotada pelo país, que rebatem diretamente na estrutura das políticas sociais em que os assistentes sociais estão inseridos, pois a atuação esbarra nestes limites, visto que as políticas sociais estão cada vez mais restritivas e focalizadas, conforme apresentamos nos pontos anteriores deste artigo. Esse contexto interfere diretamente nas condições institucionais em que o trabalho se realiza, ocasionando problemas nas condições de trabalho dos assistentes sociais que muitas vezes não possuem sequer os meios para atender as demandas dos usuários, isso ocorre devido aos contratos precários de trabalho, à falta de equipamentos necessários e até mesmo à falta de um local adequado¹¹ para realização dos atendimentos aos usuários.

De acordo com os textos, podemos citar algumas destas barreiras, tais como: as dificuldades de se garantir acesso aos serviços e direitos sociais, ou seja, muitos usuários possuem dificuldades de acesso a serviços assegurados por Lei; a falta de efetivação do princípio da integralidade no atendimento, o que vem demonstrando a fragilidade do “trabalho em rede”. Identificamos ainda que o trabalho em rede impõe grandes desafios para os profissionais, no sentido de dar respostas a problemas cujos recursos institucionais são insuficientes para a garantia do direito de atendimento; um dos artigos¹² cita que uma: “reflexão importante e necessária é com relação a maior articulação entre as políticas sociais que compõem o tripé da Seguridade Social no Brasil”.

Nesse sentido, outro elemento importante mencionado pelos autores foi em relação aos benefícios sociais. O assistente social, no exercício profissional, encontra muitos impedimentos para responder às demandas dos usuários, devido aos critérios, condicionalidades impostas pela estrutura das políticas sociais. Por exemplo, às vezes, o profissional analisa que o usuário deveria por direito (ao exercício da cidadania) receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas o acesso é lhe negado pelos critérios de inclusão do BPC, restritos às situações de extrema pobreza.

Outra dificuldade apontada nos textos está relacionada à atuação do assistente social nos espaços de Conselhos e Conferências. O profissional tem sido demandado a trabalhar diretamente com os mecanismos de controle social e, assim, tem o papel de auxiliar na perspectiva de fortalecimento de garantia dos direitos, debater, avaliar, propor em favor da classe trabalhadora. Desta forma, a

intervenção profissional junto aos conselhos e conferências pode contribuir para funcionamento e efetivação do Controle Social. No entanto, foi apontado nos artigos que os espaços dos Conselhos de Direitos têm sido pouco explorados e que, atualmente, as articulações com as organizações populares e conselhos não tem sido potencializadas.

Foi possível, ainda, constatar, a partir da análise dos trabalhos, que existem outras dificuldades que dependem das próprias competências dos Assistentes Sociais no exercício profissional; estas se referem à: necessidade de maior domínio de mecanismos éticos, políticos, operativos, teóricos que auxiliem a ação profissional pautada na qualidade (entendemos que isto pode estar relacionado com o processo de formação, com as condições subjetivas etc.). Em um trabalho foi citado que, em alguns espaços de trabalho, existe uma “tensão” entre as competências privativas do Serviço Social e o trabalho em equipe multidisciplinar e interdisciplinar, ou seja, as barreiras encontradas para o trabalho em equipe, principalmente para se efetivar a contribuição e a troca dos diferentes “saberes” entre os profissionais. E, ainda, a dificuldade do profissional entender que a atuação profissional não pode ser vista de forma isolada, desconectada das transformações societárias. Em dois trabalhos indica-se que, mesmo de forma pontual, ainda existe a reatualização de práticas conservadoras na profissão, de cunho meramente burocrático.

Em 11 (onze) trabalhos foi apontada a importância de a atuação profissional ser pautada no Código de Ética. No entanto, 1 (um) texto, que relata uma pesquisa realizada na área da Previdência Social, identificou fragilidades a respeito do conhecimento da Legislação da profissão: tanto da Lei de regulamentação, Lei 8662/93 quanto do Código de Ética/93. A pesquisa¹³ apontou que: “percebemos nas falas das entrevistadas que elas sabem que existem a Lei de Regulamentação da Profissão. Porém, não sabem dizer de que se trata, especificamente, essa lei. [...] No entanto, em seus depoimentos, não realizaram comentário sobre a lei que comprovasse esse conhecimento” (p. 5). Em relação ao Código de Ética dos Assistentes Sociais, as respostas “indicam que mesmo desconhecendo os princípios fundamentais do código de Ética, as Assistentes Sociais afirmam que conseguem reconhecê-los e materializá-los em sua prática profissional” (p. 6).

Nos trabalhos analisados os profissionais apresentaram como principal desafio a atuação norteadada pelo Projeto Ético Profissional e pelos princípios do Código de Ética.

Os desafios de se atuar em consonância com o Projeto Ético-Político podem ser comprovados também em 1 (um) dos textos analisados, no qual o autor relata que existe uma distância do que se defende no Projeto Ético-Político do Serviço Social, e o que é efetivado na atuação das políticas que compõem a Seguridade Social. Porém, mesmo diante destas barreiras, foi ressaltado pelos autores a importância dos Assistentes Sociais pensarem na elaboração e implementação de um novo “fazer” profissional em consonância com o Projeto Ético-Político. Nesse sentido, outro desafio abordado refere-se ao desenvolvimento de um trabalho crítico, criativo, propositivo, ético e político que efetivamente possa contribuir para o reconhecimento e efetivação dos direitos sociais dos usuários.

Foi assinalado também (embora apenas em quatro trabalhos) que a intervenção profissional não tem explorado as articulações de caráter mais coletivo e *colocam como desafio* a importância dos profissionais (re)pensarem como está acontecendo o exercício profissional nas instituições, pois muitas vezes os profissionais não “param para pensar”, pois estão sobrecarregados por tantas atividades (que às vezes nem competem a eles) e acabam seguindo uma lógica de mera execução de tarefas. Isso é um exemplo típico da era de reestruturação produtiva, que vem interferindo e causando alterações nos processos de trabalho.

Outros 2 (dois) textos apontaram a necessidade *que os Assistentes Sociais, na intervenção, priorizem ações coletivas, de forma crítica e competente, visando democratizar informações e conhecimentos*, deixando claro seu compromisso ético, político, contribuindo assim para a construção da autonomia, participação e emancipação dos sujeitos. Com isso, o profissional estará contribuindo para a construção de uma nova ordem societária, baseada na democracia e na justiça social.

Ressaltamos que em 9 (nove) trabalhos os autores explicitam *a importância da dimensão sócio-educativa para o trabalho do assistente social, na perspectiva de informar os usuários sobre seus direitos, visando ampliar os meios de acesso à cidadania e a democracia*. Assim, foi possível percebermos que os Assistentes Sociais, inseridos nas políticas de Seguridade Social, têm desenvolvido um trabalho socioeducativo na perspectiva de proporcionar aos usuários o reconhecimento enquanto sujeitos políticos e portadores de direitos. No âmbito da saúde, especificamente, percebemos que os profissionais têm atuado a partir de ações que buscam a prevenção e promoção da saúde dos usuários.

Segundo a análise de 4 (quatro) trabalhos, *o assistente social, na atuação profissional, deve sempre levar em consideração a realidade vivida pelos sujeitos, bem*

como os aspectos econômicos e políticos do contexto histórico no qual estão inseridos, elaborando estudos para identificar as necessidades reais dos usuários, sendo necessário ainda romper com os limites impostos pelo funcionamento das instituições empregadoras e nos apropriarmos de mecanismos que fortaleçam a atuação profissional na direção do Projeto Ético-Político da profissão e do Código de Ética. Além disso, foi apontado em 3 (três) trabalhos que o assistente social deve pensar criticamente e propositivamente e estar preparado para ultrapassar o imediatismo dos problemas sociais individuais, identificando nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm.

De acordo com 1 (um) trabalho, o profissional também não pode ficar esperando condições ideais para intervir; a realidade não pode se tornar um obstáculo impossibilitando a ação. Entendemos que a superação é possível, mas para isso é preciso que os profissionais foquem nas possibilidades e potencialidades e não nos desafios e limites postos para a profissão.

Por último, ao analisar os onze trabalhos escritos por assistentes sociais sem vinculação com cursos de pós-graduação nas Unidades de Formação Acadêmica, observamos que não há diferença desses para os demais trabalhos onde identificamos a vinculação dos autores com cursos de pós-graduação oferecidos pelas Unidades de Formação Acadêmica. Prevalece a inserção dos autores na área de saúde (hospitais, inclusive universitários), ao mesmo tempo em que apenas um dos artigos relaciona-se à Política de Assistência Social (prefeitura), cujo tema, curiosamente, vincula-se ao gerenciamento de informações na área da assistência. Os autores afirmam que “ao longo da trajetória profissional dos assistentes sociais [...] estes vêm experimentando novas responsabilidades profissionais e novos espaços ocupacionais, exigindo novas respostas, seja no campo investigativo seja na intervenção. Ignorar a tecnologia e a informação significa retardar respostas, de nossa competência, e ainda, permitir que trabalhadores não sociais as dêem por nós” (p. 6).¹⁴

Também é importante ressaltar que desses onze trabalhos, 04 foram escritos por profissionais vinculados ao INSS, onde existe uma matriz teórico-metodológica que orienta a intervenção profissional em uma perspectiva crítica. Em dois trabalhos, as demandas e a problematização das respostas profissionais aparecem de um modo claro, nas palavras dos autores:

Os assistentes sociais são demandados a atuar nas agências da Previdência Social nas Gerências Executivas de Chapecó. [discutimos] o trabalho dos profissionais no Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador. A maior

demanda para acesso ao auxílio-doença acidentário foi dos trabalhadores do comércio e da indústria. [Devido] aos elevados índices de acidentes e doenças do trabalho [priorizamos] a implementação de um projeto na área da saúde do trabalhador, objetivando atuar na perspectiva da garantia dos direitos do trabalhador e na formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho. O Serviço Social da previdência articulado aos movimentos da sociedade organizada busca fomentar o debate acerca da necessidade de se modificar as condições de trabalho e as condições de vida do trabalhador, estimulando a emancipação humana (p. 6-7).¹⁵

O Assistente Social é demandado a atuar na Gerência Executiva do INSS, de João Pessoa/PB, sobretudo o projeto voltado ao Benefício Assistencial – BPC. Em resposta a essa demanda e claramente calcado na Matriz teórico-metodológica que norteia a sua prática profissional, os assistentes sociais buscam, através desta proposta de trabalho, delinear estratégias de intervenção que contemplem exigências institucionais, objetivos profissionais e demandas de cobertura assistencial e, para além da conjugação dessas proposições, contribuir com o debate mais profundo em torno da questão da pobreza e da exclusão social que atravessam a sociedade brasileira e a urgência de seu enfrentamento (p. 6).¹⁶

Nos onze trabalhos os autores fazem referência ao Projeto ético-político da profissão e à necessidade de alicerçar a intervenção profissional a partir dessa referência e desse horizonte. Em um deles, a perspectiva crítico-dialética se explicita na apreensão da demanda e na identificação das respostas profissionais:

O Assistente Social passa a ser demandado enquanto profissional importante na política de saúde, já que sua atuação tem um caráter interventivo que se efetiva nas relações entre os sujeitos no cotidiano da vida social, através de uma ação socioeducativa que objetiva desenvolver ações no processo de educação permanente em saúde, a fim de socializar e democratizar informações. Se faz necessário entender a proposta do SUS dentro dos princípios da concepção ampliada de saúde, reconhecendo a influência das relações sociais, econômicas, das condições de vida e existência nos processos saúde-doença” (p. 3) “É fundamental que o assistente social na saúde priorize ações coletivas que democratize informações e conhecimentos necessários para a promoção da saúde e a manutenção da mesma, a partir de uma prática reflexiva e crítica construída por dois sujeitos sociais: profissionais e usuários (p. 4).¹⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1996, Netto indicou alguns prognósticos, a partir da análise sobre a profissão inserida nos processos de transformações societárias apresentados pelo autor. Como apresentamos no segundo item deste artigo, Netto (1996) indicou que o Estado iria reduzir o espaço de inserção profissional para o assistente social, tanto pelo corte das coberturas públicas quanto pelo sucateamento dos aparelhos de execução das políticas públicas.

Pelos artigos analisados explicita-se que a restrição do Estado nas coberturas públicas e o sucateamento dos seus aparelhos de execução têm sido os principais obstáculos no trabalho dos assistentes sociais no confronto com as necessidades apresentadas pelos usuários. A impressão (confirmada objetivamente) de estarmos diante de “direitos garantidos legalmente”, mas cuja materialidade não é possível atestar, face à insuficiência de recursos e ao sucateamento dos serviços, incluindo nesse processo, a precarização das condições de trabalho dos profissionais, pela intensificação dos ritmos de trabalho e pela redução dos salários. Ou seja, se os direitos garantidos legalmente não se expressam efetivamente nos aparelhos e nos serviços oferecidos pelo Estado e pela sociedade, em quantidade e qualidade suficiente para o atendimento às demandas dos usuários, o acesso a eles permanece restrito. Na Política de Saúde, cujo direito é garantido universalmente, esse acesso tem sido evidentemente restrito.

Retomando a análise de Netto (1996), vimos que a redução do espaço de inserção profissional no âmbito do Estado, nas esferas municipal, estadual e em nível federal, não se confirmou. Observamos o crescimento significativo no contingente de assistentes sociais habilitados a atuar no Brasil. Esse crescimento relaciona-se majoritariamente à expansão da política de assistência social, principalmente, pelo processo de municipalização efetivado pelo SUAS. É curioso nesse processo que o Serviço Social tenha se destacado dentre os cursos oferecidos à distância (EAD). É o terceiro curso mais procurado pelos alunos do EAD. A que devemos atribuir esta demanda dos alunos? Pensamos que uma das respostas a essa indagação é justamente o crescimento das possibilidades de inserção do assistente social no Brasil, liderado pela Política de Assistência Social.

Também nesse sentido, Netto havia afirmado que as possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão (imediatamente) não estariam ameaçadas. A necessidade (indicada por Netto) de elaborar respostas mais qualificadas tanto na dimensão técnico-operativa, quanto na dimensão

ético-política, confirma-se na inquietação dos profissionais autores dos trabalhos, e eles a explicitaram de modo contundente.

Dessa forma, a repercussão do Projeto Ético-Político do Serviço Social em relação à análise da intervenção profissional, das demandas postas à profissão e das respostas possíveis no âmbito sócio-organizacional, evidenciou-se nos trabalhos analisados.

Nesse sentido, podemos inferir que a principal demanda (político-institucional, conforme denominação de IAMAMOTO, 2008) posta aos assistentes sociais, nesse contexto, tem sido a de manejar os recursos insuficientes face às necessidades – ou demandas de acesso aos serviços – apresentadas pelos usuários. Nessa direção, trata-se de “potencializar os escassos recursos existentes” enfrentando o “mal-estar” junto à população usuária. Acrescente-se a isso a “exigência” de polivalência e de cumprimento de metas de produtividade posta aos profissionais, presente também na organização do Estado e na gestão das políticas públicas.

No que se refere às respostas profissionais, nos textos analisados, predomina o questionamento e a problematização quanto à possibilidade delas se pautarem na direção do projeto ético-político do Serviço Social.

Evidenciam-se, também, um conjunto de respostas efetivadas na imediaticidade da demanda institucional e atravessadas pelo questionamento “algo mais é possível?” nesse contexto adverso e repleto de dificuldades, como foi apresentado no terceiro item.

Embora o PEP seja uma referência efetiva, identificamos uma tensão em sua apropriação pelos autores. O projeto aparece na dimensão de sua dificuldade de realização/materialização, explicita-se como “inquietação” dos assistentes sociais que esperam atuar na perspectiva da efetivação dos direitos e na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Contudo, explicita-se também na análise da não concretização desses direitos ou das dificuldades reais de garantir o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pela instituição e, principalmente, à condição de exercício da cidadania. Desse modo, o projeto aparece em confronto com a realidade concreta. Explicita-se como um horizonte não realizado. Ao mesmo tempo, as condições que impedem a realização desse horizonte são analisadas como dificuldades, obstáculos, empecilhos à materialização do projeto.

Pensamos que o PEP é um horizonte político, um referencial analítico, através do qual é possível construir um posicionamento profissional, uma

perspectiva de ação, uma escolha ética, na medida em que o assistente social constitui-se enquanto um sujeito profissional (EIRAS, 2012).

Enquanto horizonte político, nosso projeto sustenta-se na articulação com projetos societários que vislumbram a necessidade de superação da sociedade burguesa, que ousam afirmar a perspectiva histórica indicando possibilidades de novas construções sociais, alinhadas com o desenvolvimento material e econômico, social e cultural, empreendidos pelo gênero humano (BARRACO, 2001; LUKÁCS, 2011).

Em sua dimensão analítica, oferece-nos perspectivas mais amplas para o entendimento das demandas sociais e para a construção de respostas profissionais, às quais envolvem a compreensão da gênese dos processos com os quais atuamos, e a particularidade desses processos inseridos na totalidade das relações sociais vigentes.

Nessas duas dimensões, o projeto nos oferece uma projeção diferente da projeção ou da teleologia hegemônica na sociedade burguesa (GUERRA, 2007). Por isso, esperar que esse projeto se materialize no conjunto das mediações existentes nessa sociedade reflete uma expectativa inadequada e uma apreensão equivocada em relação ao mesmo.

Trabalhar a partir desse projeto (ou desse horizonte político, analítico, que implica na opção por posicionamentos éticos de um novo tipo: críticos e conscientes) *envolve a compreensão dessa tensão constitutiva da inserção desse projeto nas contradições inerentes à sociedade burguesa.*

Desse modo, nossa intervenção referenciada no PEP e inserida na sociedade burguesa estará pautada na construção de mediações orientadas por e para esse horizonte, tendo como parâmetro concreto as possibilidades alcançadas pelo gênero humano nesse momento do nosso desenvolvimento econômico, social e cultural e a necessidade de torná-las apropriáveis para o conjunto da população usuária de nossos serviços (EIRAS, 2012).

Essa tensão é constitutiva de nossa intervenção profissional, quando nos posicionamos e escolhemos atuar a partir desse projeto. A tensão deixa de ser “o” problema e passa a ser uma das alternativas que historicamente, como sujeitos profissionais, portanto, coletivamente e individualmente, participamos para efetivar.

Essa postura implica na consolidação de nossa recente cultura profissional (MOLJO, 2007) constituída pela ruptura com o tradicionalismo, com a neutralidade técnica, com os preconceitos de ordem moral. Implica no

reconhecimento do assistente social enquanto sujeito profissional, capaz de escolhas conscientes (PAIVA; SALES, 1996). E, implica na qualificação das respostas profissionais a partir de um referencial teórico-metodológico histórico, crítico.

Nesse sentido, as referências analíticas utilizadas pelos autores convergem para uma compreensão crítica das demandas sociais e das possibilidades de respostas profissionais no âmbito do Serviço Social. Assim como o comprometimento na defesa dos direitos sociais e no posicionamento político face às restrições no campo da seguridade social, às quais impedem o efetivo exercício da cidadania. Tais posicionamentos indicam uma postura de resistência e de enfrentamento face ao projeto hegemônico e uma disposição para a reflexão e a ação convergindo para outras direções, para outros horizontes mais promissores no intuito de nos apropriarmos das possibilidades de emancipação humana.

SOCIETAL TRANSFORMATIONS AND SOCIAL WORK: ANALYSIS OF RESPONSES BY PROFESSIONALS IN THE SPHERE OF SOCIAL SECURITY EXPOSED IN PAPERS PRESENTED AT THE XIII CBAS 2010.

ABSTRACT

This article discusses the ongoing societal transformations and their implications for the intervention of the social worker, in relation to professional responses effect in this context. We adopt the procedure of analysis of the papers presented at the XIII Brazilian Congress of Social Workers (St. Louis, 2010), the spindle “Social Security” as a means of understanding the demands and professional answers today.

Keywords: Social. Societal transformations. Professional answers. Professional intervention.

NOTAS

¹ A gerência científica do processo produtivo iniciou com as ideias de Taylor, no século XIX, especialmente sobre o controle dos tempos e dos movimentos dos trabalhadores, visando à otimização da produção. O operário era destituído de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. (PREDES e CAVALCANTE, 2010).

² O padrão de acumulação fordista foi introduzido por Henry Ford. A organização da produção era baseada numa produção em massa, no parcelamento das tarefas, introdução da esteira rolante para regular os trabalhadores, padronização das peças e controle total do processo de produção.

³ No capitalismo, as crises se manifestam como parte de sua dinâmica estrutural, o que se expressa, por exemplo, na destruição de recursos humanos (desemprego) e materiais (falências, interrupção do circuito produção-circulação-consumo).

⁴ Há a substituição das relações formais de trabalho entre empregado e empregador cedendo espaço para formas como subcontratados, “part-time”, terceirizados, entre outros.

⁵ Vale ressaltar que a polivalência no Brasil, ao contrário de diversas experiências internacionais, não significa necessariamente que o trabalho dos operários seja valorizado ou enriquecido. Na maioria das vezes, o trabalhador passa a executar as mesmas atividades que antes eram executadas por um número maior de trabalhadores, sem haver alterações salariais e com precárias condições de trabalho (ANTUNES, 2006).

⁶ Netto analisa as implicações das transformações societárias para o Serviço Social em um artigo de 1996 publicado na Revista Serviço Social e Sociedade número 50. Sua análise refere-se ao contexto dos anos 1990 e seu prognóstico estende-se a partir daí.

⁷ Esta análise foi construída a partir do modelo da pesquisa intitulada: “A questão da cultura como uma dimensão constitutiva da produção de conhecimento e do exercício profissional do Assistente Social”, desenvolvida no período de agosto/2006 a agosto/ 2007, elaborada por uma equipe de estudantes e pesquisadores da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenado por Carina B. Moljo.

⁸ Esta parte do texto foi elaborada com base no material (CD) disponibilizado no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/2010.

⁹ Considerando estes dados, não pretendemos esgotar o debate nem sequer fazer uma “universalização” dos mesmos. Nosso objetivo foi de analisar o que está sendo produzido, de acordo com os trabalhos aprovados para o CBAS/2010 – eixo Seguridade Social. No entanto, esses dados, sem dúvida são indicadores para uma análise da realidade concreta.

¹⁰ “O exercício profissional do Serviço Social no CAPS Escola: para além da dicotomia teoria X prática”, p. 09. Glória Maria Gomes Dravanzm e Andréa Valente Heidrich/Universidade Católica de Pelotas.

¹¹ De acordo com o previsto na Resolução nº 493/06, do Conselho Federal de Serviço Social, que “Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”.

¹² “A Seguridade Social no Brasil e o Benefício de prestação continuada: contribuições do Serviço Social no INSS”, p. 4. Simone Albieri Bordonal et. al./INSS.

¹³ “Os (as) Assistentes Sociais do INSS e suas concepções referentes à Lei de Regulamentação da Profissão e ao Código de Ética – análise do novo paradigma adotado a partir da década de 1990”. Thalyta Mabel Nobre Barbosa/Universidade Potiguar.

¹⁴ “Gerenciamento de informação na Política de Assistência Social: uma contribuição para o exercício profissional no município de Recife”. Paula Regina Moraes et. al./Prefeitura do Recife.

¹⁵ “O Serviço Social previdenciário na defesa da saúde do trabalhador: a construção de uma experiência no oeste catarinense”. Cristiane Silvia Batistella, et. al./INSS.

¹⁶ “A interlocução do Serviço Social da Gerência Executiva do INSS de João Pessoa/PB no provimento do Benefício de Prestação Continuada”. Cláudia Verônica Barbosa, et. al./INSS.

¹⁷ A política de assistência social, as seguranças afiançadas e o desafio do trabalho do Assistente Social. Marta Alves Santos/Hospital Municipal Carlos Tortelly.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

_____. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. Cortez: S. Paulo, 2001.

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALCANTE, G. M. M.; PREDES, R. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do Assistente Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 1-24, jul. 2010.

EIRAS, A. A. L. T. S. *A práxis ética e o projeto ético-político do Serviço Social: problematizando as alternativas de ação face à sociabilidade burguesa*. Projeto de Pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, maio 2012.

EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M. O exercício profissional na implementação do SUAS: projeto ético-político, cultura profissional e intervenção profissional. In: DURIGUETTO, M. L. e MOLJO, C. B. (Org.) *Sistema Único de Assistência Social, organizações da sociedade civil e Serviço Social: uma análise da realidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 91, 2007.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, G. *O Trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. 2011. Disponível em: <www.sergiolessa.br>.. Acesso em:

MOLJO, C. B. et al. *A questão da cultura como dimensão constitutiva da produção e do exercício profissional do Assistente Social*. Relatório de pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, ago. 2007.

MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.